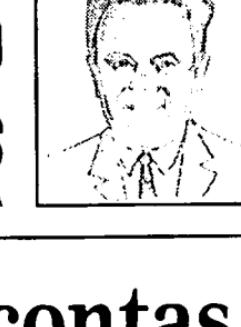


6 an. Brasil

Marcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Dúvidas nas contas

Décio Munhoz, professor de economia internacional da Universidade de Brasília, onde se formou em 1966, é, há muitos anos, um ferrenho crítico da forma como é feito e executado o Orçamento. É, ainda, um dos solitários economistas que chamam a atenção para a autonomia do Banco Central face ao poder político, ou seja, é um denunciador do que Itamar Franco chamava de "A caixa preta do BC".

Há 30 anos Décio Munhoz assessorava quem, no Congresso, tem posições nacionalistas. Ao longo dos anos de chumbo ligou-se estreitamente a Severo Gomes, que foi ministro da Agricultura do Governo Geisel. Chegada a redemocratização participou das reuniões preparatórias à criação do PSDB. A lembrança que guardou não foi boa:

— Esses rapazes da PUC e do mercado financeiro caíram em cima de mim em um seminário e quase me arrancaram o couro, — conta.

— Já naquele tempo eles me pareciam muito frios diante de propostas de política salarial e de proteção da indústria nacional.

— Não aderiu ao partido e mantém hoje a avaliação inicial.

Décio é um especialista em destrinchar balanços, tabelas e as contas nacionais. Sobre o que se passa no Tesouro e no Banco Central tem uma opinião formada há tempos, que transmitiu a muitos políticos, Itamar Franco inclusive:

— O Banco Central e a Secretaria do Tesouro têm fontes próprias de receita, que formam um orçamento que não é votado nem controlado por ninguém, — diz.

— O Tesouro tem a correção monetária de seus saldos e, sobretudo, o saldo de caixa, que em agosto deste ano já estava em R\$ 6,2 bilhões. O Banco Central cobra do Tesouro, pelos títulos do governo em seu poder as mesmas taxas que o Tesouro paga no mercado em vez de uma remuneração que cubra os seus custos médios. Sobretudo, tem as emissões de moeda. O BC ficou com os 14 bilhões emitidos em 1994. Para que serve este dinheiro? Para cobrir rombos como o do Banco Econômico e outras perdas, sem passar pela aprovação do Congresso ou do presidente.

Décio acha que o fato de se colocarem no Orçamento os títulos federais que se vencem como despesa e os novos como

receita impede que os governantes possam usá-lo como referência, de vez que o valor dos títulos representa o mesmo volume de dinheiro que todas as demais receitas e despesas, ou até mais. Logo, não se pode saber o que acontece com as finanças públicas.

Esmiuçando as contas, Décio levanta outras dúvidas. Acha, por exemplo, que o governo esconde o verdadeiro montante de juros que paga ao mercado financeiro. Diz que uma parte dos juros é contabilizada como se estivessem pagando o principal dos empréstimos. Pelos seus cálculos, os 60 bilhões da dívida mobiliária interna foram remunerados, até agosto, com juros de 20% ao ano acima da inflação, o que dá 12 bilhões de juros reais, uma vez e meia todos os gastos federais com custeio e salários. Os juros totais devem andar por 20 bilhões até agosto, o que equivale a 35% em oito meses.

— A prova de que estamos pagando juros altos demais é que tínhamos, em dezembro, reservas de 36 bilhões, cobrimos um déficit de cerca de 20 bilhões na balança de pagamentos, e, apesar disso, estamos com reservas de 47 bilhões.

Décio acha que continuará a haver descontrole do déficit enquanto a dívida interna for de curíssimo prazo e a remuneração dos títulos federais for exagerada. O BC faz política monetária e a taxa de juros que estabelece vai bater na dívida pública, que não é administrada pelo Tesouro, mas pelo próprio BC.

A dívida do Governo federal em títulos cresceu 20 bilhões até setembro. Como os juros se refletem nas dívidas estaduais, desorganizam o conjunto das finanças públicas, inclusive as municipais. A dívida mobiliária dos estados cresceu oito bilhões em 94 e 11 bilhões nos primeiros nove meses de 1995. Isto é 30% do ICMS arrecadado pelo estado.

— Sem mudar a política da dívida pública estabelecida pelo BC, não adianta termos, como vemos, um aumento de arrecadação de 63% desde 1992 não adianta reduzir os gastos de pessoal, nem vender as estatais. Continuaremos a viver uma brutal escassez de recursos para investir e até para manter os serviços do Estado, — finaliza.